



PREVIDÊNCIA SOCIAL

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
GERÊNCIA-EXECUTIVA PORTO ALEGRE
CONSELHO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – Porto Alegre

ATA N.º75

SEPTAGÉSIMA QUINTA REUNIAO DO CONSELHO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE PORTO ALEGRE E JURISDIÇÃO

DATA: 26 de junho de 2012, às 09h41min.

LOCAL: Gabinete da Gerência-Executiva do INSS em Porto Alegre, Rua Jerônimo Coelho n.º 127 – 10º andar - Porto Alegre/RS

I – PRESENÇAS

Representação do Governo

INSS – Sinara Aparecida Pastório – **Presidente**

INSS – Regina Beatriz Floriano da Silva – **Titular**

Receita Federal do Brasil – Ângelo Rigoni – **Titular**

Secretária

INSS - Gerência-Executiva em Porto Alegre, Eliete da Silva Rodrigues

INSS - Gerência-Executiva em Porto Alegre, Gisele Quintana Marques

Representação dos Aposentados e Pensionistas

FETAPERGS – Pedro Canabarro - **Titular**

ASSOCIAÇÃO DOS FERROVIÁRIOS – Algimiro Santos da Rosa - **Titular**

Representação dos Empresários

FECOMERCIO – Ronaldo Sielichow – **Titular**

Representação dos Trabalhadores

CUT – Paulo Rodolfo Pacheco Ribeiro – **Suplente**

FETAG – Andréia Brezolin - **Suplente**

Convidado

18º JRPS – Paulo Henrique Rieffel – Presidente

Ausência Justificada

SIND. NACIONAL DOS APOSENTADOS – Adão Eduardo Häggström – **Suplente**

I – Ordem do Dia

1 - Discussão sobre a nominata dos Conselheiros Classistas da 18ª JRPS;

2 – Desdobramentos da Consulta Pública;

3 - Informações da Receita Federal do Brasil com referência a fiscalização das empresas e débitos destas com a previdência social.

4 – Assuntos Gerais: Conformação da data da próxima reunião 31/07/2012.

II - Abertura

Verificada a existência de quorum, aos vinte e seis dias do mês de junho do ano de dois mil e doze, às nove horas e trinta e cinco minutos iniciou-se a septuagésima quinta reunião e quarta do ano de dois mil e doze, do Conselho de Previdência Social em Porto Alegre. A reunião foi aberta pela Presidente, Sinara Aparecida Pastório, que cumprimentou os presentes. A seguir passa à aprovação da ata da última reunião de nº. 74, que foi aprovada por unanimidade, somente com ressalva do Conselheiro Paulo Rodolfo, já repassada à Secretária Gisele para o devido acerto. A Presidente diz que antes de passar a ordem do dia, acha importante informar aos conselheiros sobre as matérias publicadas em jornal de grande circulação sobre o tempo de espera para realização da perícia médica em Porto Alegre. Assim informa que o sr. Presidente do INSS é que te flado sobre o assunto. Coloca que a GEX POA possui atualmente 57 médicos peritos e que no final de 2008, possuía 83 e a quantidade de requerimentos não diminuiu daquela época para hoje, ao contrário a demanda aumentou. Quanto aos 57 médicos lotados na Gerência, 12 deles atendem outros órgãos, a saber: Sistema de Assistência a Saúde do Servidor (SIASS), Auditoria, Junta de Recursos e Procuradori, restando 45 peritos médicos para a GEX POA. Dos 45 médicos apenas 35 atendem na perícia médica, pois dez trabalham na retaguarda no SST. Dos servidores médicos que trabalham no SST cinco deles possuem restrição médica para o atendimento. Segundo a Presidente na Gerência Executiva em Porto Alegre a média de perícias realizadas por médico fica em torno de 11 a 12 perícias. Estes são os reais numeros da GEX. O jornal comentou do não cumprimento do horário dos médicos, informa que o INSS é o único órgão federal com ponto eletrônico. Sinara diz que os indicadores estão sendo monitorados, e tem investido na melhoria da gestão. Quanto a informação do jornal de que a GEX está sob intervenção, explica que o controle está sendo realizado no Brasil inteiro e não em Porto Alegre, foi criado um plano emergencial com ações para baixar o tempo de espera tanto na perícia médica como nas demais espécies de benefícios concedidos pela Previdência Social. Sinara explica que desde 2008 o INSS melhorou consideravelmente os seus números. Foram criados mecanismos de gestão, como a sala de monitoramento, onde o Presidente, gerente executivo, gerente de APS e qualquer funcionário com acesso, podem verificar a movimentação da APS, os indicadores, em tempo real. A sala foi apresentada como modelo pela Exma. Sra. Presidente da República aos demais ministérios em janeiro deste ano. Com isso a Casa Civil de posse destas informações verificou que os indicadores que vinham melhorando ano a ano, de repente estaguinaram e, pior, começaram a piorar. Então o INSS foi chamado e foi criado um plano de ação emergencial em todo país para que se chegue à concessão dos benefícios em 30 dias. Hoje em Porto Alegre a concessão está, em média, em 35 dias. A Presidente diz que os gestores da GEX estão acompanhando com muita transparência esses indicadores, mas que tudo isso causa certo desconforto. Fala, ainda, que a falta de médicos é grande em Porto Alegre, o ultimo concurso abriu para a capital gaúcha 10 vagas, mas do concurso foram aproveitadas duas vagas, as outras oito vagas serão aproveitadas do programa de remoção interna promovido pela Instituição. Assim a GEX receberá até final de agosto peritos já servidores do INSS e que estão sendo removidos para Porto Alegre. O conselheiro Paulo pergunta se os salários dos peritos médicos estão congelados. A Presidente informa que a matéria do jornal se refere à peritos médicos, mas que tanto servidores médicos como administrativos tiveram aumento em suas gratificações. Explica que a gratificação dos servidores administrativos, Gratificação de Desempenho de Atividades do Seguro Social (GDASS), está atrelada ao indicador Idade Média do Acervo (IMA), medindo assim a produtividade dos servidores. Enquanto os peritos médicos recebem a Gratificação de Desempenha da Atividade Médico Pericial (GDAMP), sendo que está não está atrelada à produtividade, ou seja,

ao numero de perícias realizadas. Informa que as duas gratificações correspondem a sessenta por cento do salário dos servidores. Retornando ao Plano emergencial a Presidente coloca que o mesmo terá duração de noventa dias e que se pretende reduzir o tempo de perícia e do atendimento das demais espécies de benefícios. Ao ser questionada por um dos conselheiros sobre a média de perícias realizadas em Porto Alegre, ela informa que a maior média na quantidade de atendimento por médico no Brasil é Porto Alegre com doze perícias, isto que é a Gerência com o menor número de médicos. A Presidente encerra este assunto dizendo que toda a Gerência de Porto Alegre está voltada ao cumprimento do plano emergencial, passando a ordem do dia, iniciando pelo item dois da pauta, seguido pelo item três, um e quatro.

III - Pauta

1 - Desdobramentos da Consulta Pública

A Presidente coloca que este assunto foi trazido pelo conselheiro Alfredo em uma das reuniões. Esclarece que a consulta pública está aberta no site da previdencia social e qualquer cidadão poderá se manifestar. O período foi prorrogado.

2 - Informações da Receita Federal do Brasil com referência a fiscalização das empresas e débitos destas com a previdência social.

Sinara informa que este assunto surgiu na ultima reunião do CPS, sendo sugerido pelo conselheiro Paulo da CUT. Informa que o assunto será tratado pelo Conselheiro Angelo Rigoni da Receita Federal do Brasil. E passa a palavra ao conselheiro Paulo da CUT. Este diz que gostaria de saber se há fiscalização da receita quanto a contribuição previdenciária. Ângelo diz que existe, mas que mudou a forma de fiscalização. Quando a responsabilidade da fiscalização era do INSS utilizava-se muito o fiscal de pasta, aquele fiscal que efetuava a fiscalização diretamente na empresa, ou seja, a fiscalização de rua. A fiscalização na receita é realizada encima de informações, cada vez mais a fiscalização de rua está sendo reduzida. Dentre os motivos está a chegada da informática que facilita a informação e a falta de servidores fiscais para realizar a auditoria. No ano anterior não saiu concurso público para o cargo, o número de aposentados é maior que a quantidade de vagas repostas. Em termo de resultado de fiscalização é mais efetivo a décima região onde está o nosso estado. A Receita funciona mais ou menos como o INSS, que possui Gerências distribuídas no RS, na Receita são as Delegacias também distribuídas pelo Estado a saber: Novo Hamburgo, Porto Alegre, Sant Cruz do Sul, Santa Maria, Santiago, Passo Fundo, Caxias do Sul e Uruguaiana. Os auditores fiscais possuem metas a cumprir, assim como as delegacias. A Delegacia é que faz a relação das empresas que serão fiscalizadas dentro de sua jurisdição. Trabalha-se encima da GFIP. Cada Delegacia tem um grupo de servidores que fazem o cruzamento entre a GFIP e o ponto corrente. As empresas autuadas podem efetuar a correção da declaração regularizando a diferença devida. No caso de não requerida a intimação é encaminhado o caso à Procuradoria. Cada uma das delegacias realiza o seu planejamento. Ângelo informa que existe um grande numero de declarações que caem na malha fina. Existem parâmetros estabelecidos e aquelas declarações que fogem destes parâmetros acabam na malha. Isto não significa que a empresa ou sujeito sejam devedores, se for comprovado que está correto o que foi declarado está liberado. A arrecadação previdenciária tem se mantido em um crescimento de dez por cento, no Estado do RS. Informa que a Receita em alguns meses do ano faz as operações de regularização de obras, para detectar possíveis obras irregulares a Receita utiliza helicópteros que captam imagens de terrenos e construções, depois é feito um cruzamento com o google maps pra verificar se o terreno era vazio e agora é ocupado por um imóvel.

Então é enviada correspondência ao proprietário para regularização do seu imóvel, no caso em foi detectado que não constava como regularizado. No litoral este tipo de ação tem grande repercussão, chegando a um incremento de quarenta por cento da receita. Outra grande demanda vem da equipe de grandes contribuições. Esta equipe trabalha nível de estado, situada em Porto Alegre, estuda o potencial da arrecadação. Cita por exemplo uma grande empresa com potencial de arrecadação localizada e Caxias aí planeja-se uma ação fiscal. O Conselheiro da Fecomercio pergunta se há denúncias de lavagem de dinheiro. Ângela comenta que chegam muitas denúncias na receita, que são estudadas e então é planejada uma ação fiscal. Diz que pode fugir alguma empresa. O Conselheiro Ronaldo cita exemplos de empresas com grande marketing em sustentabilidade, dizendo que sustentabilidade não é só o cuidado com o meio ambiente, com o verde., mas com o todo com a qualidade de vida e de trabalho do empregado. Esta empresa emprega uma pessoa formalmente e esta contrata muitas vendedoras todas na informalidade. Assim a base da venda de seus produtos é a informalidade. Enquanto outras empresas contratam funcionários e pagam todos os tributos corretamente. O Conselheiro Paulo da CUT acha muito interessante o assunto. A terceirização no nosso país está crescendo e muito. Estás empresas devem ser fiscalizadas. Sinara explica que no serviço público as empresas terceirizadas devem apresentar a CND. Paulo destaca que em Novo Hamburgo tinha muitos terceirizados, pequenos atelier. Omenta que este serviço diminuiu muito na construção civil, pois o empregador tem uma retenção de 11% sobre a nota fiscal. Para o sr. Ronaldo da Fecomercio as pessoas deveriam ser educadas da importância da solicitação da Nota Fiscal. Ângelo comenta que na época em que a fiscalização previdenciária era no INSS se fazia ações em conjunto como o Ministério do Trabalho. Atualmente ele não sabe informar se as denúncias realizadas no Ministério do Trabalho são encaminhadas as delegacias da Receita federal do Brasil. A conselheira da FETAG pergunta se podem encaminhar as denúncias a Receita Federal. Angelo diz que devem ser encaminhadas as delegacias da receita Federal mais próxima.

3 - Discussão sobre a nominata dos Conselheiros Classistas da 18ª JRPS

Sinara sugere que o assunto da nominata dos conselheiros seja discutido na próxima reunião já que o assunto foi trazido pelo conselheiro Alfredo que não está presente, mas solicita ao Presidente da 18ª JRPS, sr. Paulo Riffel presente neste ato que nos passe algumas informações. O Presidente Paulo Henrique Riffel, diz que quer mostrar aos trabalhadores que a Junta é mais uma instância para julgamento do seu benefício antes de se deslocar para o meio judicial que acaba pela demora onerando muito os cofres públicos. Riffel diz que toda oportunidade de falar com os trabalhadores, colegas e empresários é uma oportunidade impar. Diz que desde 2009 a 18ª JRPS ocupa a 5ª posição no ranking nacional. Recebeu diversos elogios do Ministério, pela efetividade na resposta ao segurado que procura a ouvidoria. Quando chegou a Junta tinha prateleiras arrebatadas e processos pelo chão. Aos poucos foi organizando. Atualmente a 18ª JRPS é a segunda colocada com menor índice de pendências na Ouvidoria. Em parceria com a Gerência Executiva Porto Alegre foi implantado o recurso eletrônico, aonde o recurso chega eletronicamente da APS para a JRPS. Riffel explica que os conselheiros da JR possuem quotas de trabalho que devem ser desenvolvidas dentro de um determinado prazo. O conselheiro recebe um *geton* somente depois da conclusão do processo. Este pessoal deve ser treinado, precisa conhecer a legislação. Diz que a 18ª atende todo o estado e ainda a Perícia médica. Para Riffel o trabalho realizado na junta foi uma reversão na forma de gerir. Informa que atualmente possui três médicos lotados na JR, sendo um com quarenta horas que atende todo o estado, o segundo foi cedido a Gerência Porto Alegre para o plano emergencial e o outro é ele. Todos os atuais conselheiros foram reconduzidos pelo

seu desempenho e capacidade de produção. Coloca que o pessoal foi mantido, sendo a maioria servidores do INSS aposentados e com larga experiência em benefício. Quanto às oitivas, as seções são realizadas em uma sala, com computadores novos. Elas são obrigatórias, é um direito do trabalhador que quiser acompanhar o julgamento. Muitos segurados têm comparecido inclusive representantes sindicais, advogados. Também foi montada uma sala de exame pericial presencial para análise no caso do segurado discordar da decisão do médico perito do INSS. Podem assim instruir melhor o processo. Apesar de todo este processo de mudança, ele compartilha da idéia do conselheiro Alfredo de comunicar ao segurado do dia do julgamento do seu benefício. Já está sendo providenciado a remessa por meio eletrônico de carta ao segurado informando da data de julgamento de seu processo na Junta. Informa, ainda, que a 18ª JR é campeã no recurso eletrônico, com mais de 1.600 casos solucionados rapidamente. Riffel termina assim sua explanação agradecendo o convite. Sinara passa então ao item quatro da pauta.

4 - Assuntos gerais e confirmação da data da próxima reunião: 31/07/2012.

IV – PAUTA DA PRÓXIMA REUNIÃO

- 1 – Plano de ação emergencial;
- 2 – Empréstimo Consignado;
- 3 – Assuntos Gerais: confirmação da data da próxima reunião.

V – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nada mais havendo a tratar, a Presidente declara encerrada a Septuagésima quinta reunião do Conselho de Previdência Social em Porto Alegre, da qual Eliete da Silva Rodrigues e Gisele Quintana Marques lavramos a presente ata que vai assinada por nós e pela Presidente. A próxima reunião do CPS Porto Alegre fica confirmada para o dia 31 de julho de 2012, às 09h30min horas, segundo estabelecido no cronograma anual de reuniões do CPS Porto Alegre.

Porto Alegre, 26 de junho de 2012.

Sinara Aparecida Pastório
Eliete da Silva Rodrigues
Gisele Quintana Marques